

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE PR

RELATÓRIO

Referência: 27ª Sessão Plenária do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, realizada em Curitiba nos dias 17 e 18 de junho de 2005. Pauta: Plano Estadual de Educação.

1. Do Escopo:

Disseminar as principais informações referentes à 27ª Sessão Plenária.

2. Descrições Sumárias.

2.1. Da Sessão de Abertura (manhã do dia 17/06):

- Os trabalhos foram precedidos da apresentação dos músicos, poetas e educadores paranaenses Daniel Faria e João Bello.
- A Mesa foi composta por Isolde Andreatta (Coordenação do Fórum), Marlei Fernandes (Coordenadora do Fórum e Secretária Educacional da APP-Sindicato) , Maria Dativa de Salles Gonçalves (UFPR e membro do Fórum) e Maria da Graça Bolmann (Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública/ UFSC).
- Marlei Fernandes abriu os trabalhos, mencionando pontos relativos à sua organização e socializando alguns informes gerais. Entre eles, o envio de convite, por parte da SEED, para que o Fórum integre, em conjunto com técnicos da Secretaria, a Equipe de Reelaboração do Documento 2 .
- Isolde concentrou sua fala na descrição histórica das atividades do Fórum. Pontuou suas principais lutas desde a fundação (18/06/1990), destacando a metodologia de trabalho da Entidade e seus princípios fundamentais.
- Maria da Graça Bolmann fez sua intervenção, analisando, principalmente, o papel político do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e os princípios que nortearam a construção do Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira.
- A tônica da intervenção de Maria Dativa de Salles Gonçalves foi a importância da atualização da Lei do Sistema Estadual de Ensino e a articulação desta Lei com o Plano Estadual de Educação, sobretudo no que tange às normas de designação dos representantes do Conselho Estadual de Educação. Embora seja importante a revisão da Lei do Sistema que está em vigor – considerando o caráter de “letra morta” que a maioria de seus artigos têm –, Dativa propôs a inclusão no PEE de capítulo especialmente dedicado à organização e atribuições do Conselho Estadual de Educação. Para a designação dos conselheiros, Dativa, a exemplo da Lei do Sistema de Ensino de Mato Grosso do Sul, propôs uma estrutura tripartite, composta por 1/3 de representantes da sociedade civil; 1/3 de representantes das organizações da categoria dos Trabalhadores em Educação e 1/3 de representação governamental.

2.1.2. Das intervenções da plenária:

Seguem-se algumas observações sobre as intervenções realizadas pelos presentes:

- Romeu Gomes de Miranda (Colégio Estadual do Paraná e Conselho Estadual de Educação) pediu atenção de todos os presentes para o crescimento discutível dos cursos de formação (inicial e sequencial) na modalidade à distância. Segundo ele, esta modalidade, ofertada basicamente pelo segmento privado, deve ser melhor avaliada.
- Arnaldo Vicente (Rede Pública Estadual e Conselho Estadual de Educação) falou sobre estudos que tem feito, em conjunto com o Professor Pe. Domenico Costella, sobre a Lei do Sistema de Ensino e sobre o Regimento Interno do CEE. Segundo o Professor, é importante a reformulação da Lei do Sistema, mesmo que a parte relativa à normatização da composição do Conselho seja objeto de capítulo do PEE PR. Arnaldo concluiu sua fala, destacando a importância do programa de avaliação institucional proposto pela SEED.
- Yvelise Arco-Verde (Superintendente de Educação) destacou a significativa atuação do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, ao longo dos seus 15 anos. Reportou-se, na sequência, a breves considerações sobre o processo amplo de construção coletiva do PEE e explicou aos presentes que recentemente enviara um ofício (já mencionado pela Coordenadora do Fórum no início dos trabalhos) convidando o Fórum para integrar a Equipe de Reelaboração do Documento 2, a partir dos resultados do II Seminário Integrador e demais contribuições, entre elas, o importante acúmulo de discussões do Fórum. Sobre a Lei do Sistema, Yvelise reiterou a disposição da SEED em encaminhar a discussão.
- José Lemos (Presidente da APP-Sindicato) relatou que a APP tem se preocupado com os encaminhamentos dados pela SEED em relação tanto à construção do PEE, quanto à Lei do Sistema Estadual de Ensino. Lemos destacou a série de seminários e demais cursos de formação que a APP tem proposto, bem como a ampla participação das escolas e profissionais da educação pública em tais atividades. Lemos concluiu sua intervenção, apontando para o objetivo fundamental da atuação da APP: a superação, dos limites políticos e sociais impostos pelo capital, através da construção do socialismo.

2.3 Dos trabalhos nos GTs:

Durante a tarde do dia 17 e a manhã do dia 18 os participantes da Sessão integraram-se aos 13 grupos de trabalho, a saber: Gestão Democrática da Educação; Financiamento da Educação; Trabalhadores em Educação; Avaliação; Ensino Superior; Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio e Profissional; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educação do Campo; Educação Indígena e Gênero, Raça e Classe. Cada GT contava com uma equipe de coordenação já indicada e, durante os trabalhos, tinha a tarefa de eleger um ou dois relatores. Os documentos que subsidiaram as discussões internas nos grupos foram: **1)** Carta de Princípios do Fórum Paranaense em

Defesa da Escola Pública; **2)** Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública: Subsídios para a Construção do Plano Estadual de Educação; **3)** Plano Estadual de Educação – PEE PR: II Seminário Integrador – Relatórios Parciais das Oficinas de Integração (versão para discussão na XXVII Sessão Plenária).

Notas:

1. Sobre o documento supracitado no item 2: Trata-se de compêndio preparado pela Coordenação do Fórum, contendo pauta de proposições da Entidade para os diferentes níveis e modalidades de ensino; diretrizes gerais apontadas no Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira e rol de metas propostas pela Sociedade Paranaense. Estas últimas referem-se ao acúmulo de discussões nos âmbitos da APP –Sindicato e do próprio Fórum.
2. Sobre o documento supracitado no item 3: Trata-se dos resultados das discussões do II Seminário Integrador do PEE PR, organizadas pela SEED/Coordenação do Plano Estadual de Educação.

2.5. Das apresentações dos Grupos:

Na tarde do dia 18/06, os trabalhos prosseguiram com a apresentação dos relatores dos 13 GTs ao grande grupo. As apresentações deviam focar-se em aspectos gerais das discussões, cabendo a uma equipe de sistematização, a posterior organização dos relatórios. Seguem observações:

- A SEED era a entidade com segundo maior número de representantes. A maior representação por entidade era da APP-Sindicato (dados preliminares dos organizadores).
- A SEED participou no GT de Ensino Médio e Profissional na condição de Coordenação e membros da SEED assumiram papel de relatoria nos GTs: Avaliação; EJA; Ensino Médio e Profissional.
- O documento produzido pela oficina de Educação Escolar Indígena no II Seminário Integrador do PEE PR, foi considerado “avanço significativo” em relação ao texto do Documento 2 e, nessa condição, utilizado pelo GT Educação Indígena como referência.
- O documento da SEED foi amplamente citado pelos relatores. A tônica das observações dos relatores que se manifestaram a respeito, foi a indicação da não contradição entre seu conteúdo e os princípios e diretrizes gerais do Fórum. Destacaram-se, nesse sentido, os seguintes GTs: Organização e Gestão do Sistema de Ensino; Avaliação, Educação Indígena, Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos e, com ressalvas, Educação Especial.
- O GT Ensino Superior fez crítica contundente ao Governador Roberto Requião, aludindo, sobretudo, a perda da autonomia das IEES (Instituições Estaduais de Ensino Superior). Mencionou a falta de verbas; as restrições para afastamento dos professores que, segundo ele, “têm sido impedidos de apresentar seus trabalhos” fora dos limites do Estado; a falta de legitimidade do documento da SETI, apresentado à Coordenação Geral do PEE PR/ SEED para subsidiar as discussões dos professores acerca deste nível de ensino. Tal documento,

segundo o relator, “apesar de bom em essência”, não foi resultado de discussões no âmbito das representações de base do setor.

É importante ressaltar que deste GT participaram quatro profissionais sendo apenas dois ligados ao ensino superior: um na condição de professor e outro, o relator, na condição de professor e líder sindical vinculado à Universidade Estadual de Maringá.

- Ao final das apresentações, foram citados pela Mesa uma série de nomes de profissionais que atuarão na sistematização dos relatórios. Note-se que o rito divulgado pela Mesa, no início dos trabalhos, previa a indicação e posterior aprovação destes nomes, o que não aconteceu.

2.2. Do encaminhamento de moções:

- O Fórum considerou-se signatário de moção apresentada em Brasília/DF por grupo defensor da efetiva aplicação de parte dos recursos dos fundos públicos na educação infantil. (Note-se que, embora as restrições para esta etapa do Ensino Fundamental sejam mantidas pelo projeto do FUNDEB, há a menção que os recursos remanescentes das porcentagens destinadas aos níveis de ensino ou seja, os 10% restantes a partir do cumprimento das vinculações e subvinculações devem “ser aplicados na educação básica”.)

- Aprovou-se, se incluída ressalva, moção encaminhada pelo Professor Romeu Gomes de Miranda, relativa à limitação dos convênios e parcerias do sistema público com organizações privadas de ensino. A ressalva, proposta por Maria Dativa de Salles Gonçalves, e aprovada pela plenária, dizia respeito ao cuidado que o Conselho Estadual de Educação deve tomar ao deliberar ou emitir pareceres sobre o tema.

Nota: O proponente não estava presente.

2.3. Do último ponto de pauta: os futuros encaminhamentos do PEE PR e as relações estabelecidas entre Fórum e SEED para a consecução dos trabalhos:

As discussões foram extensas e pouco objetivas. A plenária já estava esvaziada; permaneceram nela cerca de 50 integrantes. Surgiram, entre outras, questões relativas aos primeiros encaminhamentos dados pela SEED, pela APP e pelo Fórum a respeito do PEE. De modo geral, o conteúdo do PEE foi secundarizado em detrimento da questão: “quem vai apresentá-lo”.

Falou, pela SEED a técnica Valéria Arias; pelo Fórum houve uma série de intervenções, das quais destacam-se as seguintes participações: Marlei Fernandes, Odilon Nunes, representante do SISMAR, Maria Dativa de Salles Gonçalves, Maria Rosa Künzle e Andréa Gouveia.

Seguem descrições das principais argumentações e sumário das decisões consensuadas pelo grupo:

- A SEED esclareceu as intenções acerca do ofício encaminhado à Coordenação do Fórum bem como, reforçou: 1) a intenção, já de conhecimento geral, de obter-

se um documento apto a ser avaliado pela sociedade civil, por meio de audiências públicas ou outras formas de organização de plenárias representativas, ainda este ano; 2) o caráter representativo e aberto dos documentos que vêm sendo produzidos desde 2003; 3) o caráter aberto à crítica e à interlocução, marca deste Governo, diferentemente do anterior; 3) as tentativas da SEED de retirar o debate sobre o PEE da dimensão personalista que, infelizmente assumiu ao longo dos trabalhos da Sessão Plenária, para focalizá-lo no seu conteúdo e, sobretudo, nos avanços para a Educação Pública que o documento tem, por definição, a responsabilidade de alavancar. 4) a responsabilidade, por parte da SEED, assumida junto ao amplo coletivo de profissionais e entidades que participaram, ao longo de três anos, da elaboração do Plano. 5) A clareza por parte da SEED que as tensões entre os âmbitos da representação corporativa/sindical; as representações civis de caráter mais amplo, como o Fórum, e o Estado existem e são desejáveis num sistema democrático, o que não impede que ambos concentrem esforços a fim de “negociadamente” apresentarem em conjunto um projeto para a educação, já que este ultrapassa a dimensão de uma gestão.

- O Fórum se mostrou temeroso quanto ao fato da SEED pretender “atropelá-lo”, apresentando o PEE PR à Assembléia Legislativa antes que as discussões no âmbito das bases estejam concluídas.

- O Professor Odilon ponderou sobre as conseqüências e implicações políticas que derivariam de eventual apoio do Fórum ao Plano que a SEED está construindo. Alertou, ainda, o Professor que: “há que se ter clareza que, neste momento, o Fórum não poderia responder pelo conjunto da sociedade civil do Estado”.

- Marlei Fernandes se mostrou simpática à idéia de que se apresentem dois documentos, o que não foi consenso.

- Maria Rosa demonstrou sua preocupação, enquanto contribuinte, acerca dos gastos públicos referentes ao Plano da SEED. Segundo ela, tanto gastos já executados, quanto os que ainda, provavelmente, estão por vir, não se justificam plenamente.

- Andréa reconheceu o esforço da SEED e propôs que se estreitassem as relações entre esta, a APP e o Fórum, como a própria SEED vem sinalizando que deseja. Segundo Andréia, a conjuntura política é favorável, o diálogo é comprovadamente possível e não há contradições intransponíveis entre os princípios gerais defendidos nos documentos da SEED e nos documentos do Fórum.

Ao final a Mesa, num esforço de sistematização, enumerou as proposições aprovadas por consenso. São elas:

1) SEED e Fórum vão “continuar interlocutando e discutindo suas respectivas produções”. (Nesse ponto Valéria Arias foi convidada a integrar a equipe de sistematização dos relatórios da 27ª Sessão Plenária).

2) O Fórum não descarta a possibilidade de participar da Equipe de Reelaboração do Documento 2 em conjunto com a SEED. A Entidade irá posicionar-se a respeito oficialmente.

3) Mantém-se o canal de diálogo entre a SEED e o Fórum.

Organizado por Valéria Arias (SEED/ Coordenação Geral do PEE PR) e **revisado** por Berenice Schelbauer do Prado (SEED/DEJA), Relindes Ianque Leite (SEED/DEJA), Luzia de Fátima Gonçalves (SEED/CEPE), Benjamin Perez Maia (SEED/CADEP – Coordenador).

Valéria Arias.

Curitiba, 04 de julho de 2005.